



ECONOMIA E GESTÃO PÚBLICA.

Rômulo Nunes Martins¹, Andre Luiz Borges Camporez², Thiago Gaban Trigueiro³, Janeise Martini Peniani Crestani⁴, Maria Eduarda Santos Cabral da Silva⁵, Vinicius Melo dos Santos Costa⁶, Matheus Pereira de Castro⁷, Paulo Diego Lacerda Pontes⁸, Tayrine Bernardes Duarte⁹, Ester Silva Nascimento¹⁰, Gilvan Duarte dos Santos¹¹

ARTIGO DE REVISÃO

RESUMO

A Economia e a Gestão Pública são de grande relevância para a análise das políticas governamentais e sua eficácia na alocação de recursos em prol do bem-estar da sociedade. A intersecção entre princípios econômicos e práticas de gestão pública fornece insights cruciais para otimizar a utilização dos recursos públicos e atingir objetivos sociais. O objetivo deste estudo é investigar como os conceitos econômicos podem ser aplicados à gestão pública. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo qualitativa, quanto aos objetivos será do tipo exploratória, através das bases de dados IBGE e google acadêmico. Os resultados revelam a interligação entre a economia e a gestão pública, evidenciando como as escolhas econômicas afetam diretamente a eficiência dos programas governamentais. Identificam-se áreas em que a alocação de recursos pode ser otimizada e políticas mais eficazes podem ser implementadas para alcançar os objetivos sociais definidos. Sendo assim, o estudo ressalta a importância de uma abordagem baseada em evidências na formulação e implementação de políticas públicas. A integração entre a economia e a gestão pública oferece um quadro abrangente para a tomada de decisões informadas, visando a maximização dos benefícios para a sociedade. O contínuo diálogo entre essas disciplinas é essencial para lidar eficazmente com os desafios em constante evolução que a administração pública enfrenta.

Palavras-chave: Economia pública. Gestão governamental. Políticas públicas.

ECONOMICS AND PUBLIC MANAGEMENT.

ABSTRACT

Economics and Public Management are of great relevance to the analysis of government policies and their effectiveness in allocating resources for the well-being of society. The intersection between economic principles and public management practices provides crucial insights for optimizing the use of public resources and achieving social objectives. The aim of this study is to investigate how economic concepts can be applied to public management. This is a qualitative bibliographical study and its objectives are exploratory, using the IBGE and Google Scholar databases. The results reveal the interconnection between economics and public management, showing how economic choices directly affect the efficiency of government programs. It identifies areas in which the allocation of resources can be optimized and more effective policies can be implemented to achieve the defined social objectives. As such, the study highlights the importance of an evidence-based approach in the formulation and implementation of public policies. The integration of economics and public management offers a comprehensive framework for making informed decisions aimed at maximizing benefits for society. Continuous dialog between these disciplines is essential to deal effectively with the constantly evolving challenges facing public administration.

Keywords: Public economics. Government management. Public policy.

Instituição afiliada – 1- Graduando em Medicina, Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, 2- Graduando em Medicina, Universidade Ceuma, Imperatriz – MA. 3- Graduando em Medicina, Universidade Potiguar - UNP, Natal – RN. 4- Graduanda em Medicina, Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL, Pedra Branca, Palhoça – SC. 5- Graduanda em Medicina, Universidade Iguazu, Nova Iguaçu – RJ. 6- Graduando em Medicina, Faculdade Presidente Antônio Carlos, Porto Nacional – TO. – 7- Graduando em Medicina, Centro Universitário Atenas - UniAtenas, Paracatu – MG. 8- Graduanda em Medicina, Universidade Federal de Sergipe, Aracaju, Sergipe. 9- Graduanda em Medicina, Centro Universitário São Lucas, Porto Velho, Rondônia. 10- Graduanda em Enfermagem, Uninassau, Caruaru – PE. 11- Mestre em Administração e Ciências Contábeis, Estácio - Ceut, Teresina - PI,

Dados da publicação: Artigo recebido em 05 de Agosto e publicado em 11 de Setembro de 2023.

DOI: <https://doi.org/10.36557/2674-8169.2023v5n4p1660-1671>

Autor correspondente: Rômulo Nunes Martins romulonunes11@gmail.com

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1. Introdução

O vínculo entre economia e gestão pública é um campo de estudo dinâmico e interdisciplinar que desempenha um papel crucial na formulação e execução eficaz de políticas governamentais. Esse assunto complexo explora a intersecção entre a teoria econômica e a administração pública, examinando como as decisões econômicas influenciam a condução e a organização dos assuntos públicos em diferentes cenários sociais e políticos (AMARAL, 2005).

Logo, a economia oferece uma estrutura analítica para compreender as nuances das escolhas relacionadas à alocação de recursos limitados, avaliação de custos e benefícios, e as repercussões na sociedade. Por sua vez, a Gestão Pública aborda a implementação e administração de políticas e programas que buscam satisfazer demandas coletivas, tendo em vista a eficiência, eficácia e responsabilidade nas tomadas de decisões (RUA, 2004).

De acordo com Peres (2017) por meio da lente da economia, é possível decifrar os intrincados mecanismos de escolha em um ambiente de recursos escassos. A análise econômica proporciona uma abordagem estruturada para entender a dinâmica de custos, benefícios, trade-offs e externalidades inerentes à gestão dos assuntos públicos. Em paralelo, a Gestão Pública, por meio de seus conceitos e práticas, visa otimizar a implementação de políticas, garantindo eficiência operacional, equidade e transparência.

A eficácia das políticas públicas está intrinsecamente ligada à aplicação criteriosa de princípios econômicos, como análises de custo-benefício, incentivo à competição, regulação eficiente e a busca pela equidade. Paralelamente, uma administração pública bem-sucedida demanda uma compreensão profunda dos impactos econômicos das decisões governamentais, independentemente se referindo a investimentos em infraestrutura, oferta de serviços públicos ou desenho de políticas sociais (MUSGRAVE, 1989).

As dinâmicas da globalização, mudanças climáticas, avanços tecnológicos e desafios sociais estão redesenhando o cenário no âmbito da Economia e da Gestão Pública. A habilidade de adaptar políticas econômicas e administrativas a essas evoluções se torna uma necessidade primordial para governos em todo o mundo. A convergência entre princípios econômicos inovadores e abordagens modernas de

gestão se revela essencial para enfrentar esses novos desafios e promover o progresso sustentável (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Dessa maneira, explorar a interligação entre a economia e gestão pública é crucial para apreender como as escolhas econômicas influenciam o cenário político e social, moldando a distribuição de recursos, implementação de políticas e os desfechos finais para a sociedade. Este estudo busca aprofundar a compreensão dessas relações intrincadas, fornecendo insights valiosos para a contínua aprimoração das políticas governamentais e o avanço em direção ao desenvolvimento duradouro.

2. Desenvolvimento

3. Teorias de tomada de decisão em economia

As teorias de tomada de decisão em economia desempenham um papel fundamental na compreensão das escolhas feitas por indivíduos, organizações e governos quando enfrentam limitações de recursos e objetivos divergentes. No contexto da gestão pública, essas teorias desempenham um papel crucial ao moldar a formulação de políticas, a alocação de recursos e a busca por resultados efetivos (CAVALCANTI, 2018).

A teoria da escolha racional, por exemplo, sugere que tanto indivíduos quanto organizações tomam decisões que maximizam seus objetivos, dadas as informações disponíveis. Na esfera da gestão pública, essa teoria implica que os governos buscam tomar decisões que alcancem objetivos como maximizar o bem-estar social ou atingir metas específicas, como a redução da pobreza (BRESSER-PEREIRA, 2017).

Outra teoria relevante é a teoria das preferências sociais, que investiga como as preferências individuais são agregadas para formar preferências sociais. Isso é particularmente importante na gestão pública, onde diferentes grupos da sociedade podem ter preferências distintas (AMARAL, 2005). Nesse contexto, entender como essas preferências são incorporadas nas políticas é fundamental.

A teoria da escolha pública é outra vertente significativa. Ela examina como os agentes do setor público tomam decisões e como seus próprios interesses podem influenciar suas escolhas. Isso é especialmente relevante para compreender como os

funcionários públicos podem agir para maximizar seus próprios interesses, mesmo que isso venha à custa do bem público (HADDAD, 2002).

Ao abordar a incerteza nas decisões, a teoria da utilidade esperada entra em cena, considerando como os indivíduos tomam decisões sob cenários incertos. Isso tem implicações na gestão pública ao avaliar políticas que envolvem riscos e incertezas, como os programas de seguridade social (REZENDE, 2002).

A teoria dos jogos examina decisões interdependentes feitas por diferentes agentes, analisando como as escolhas de um afetam as escolhas dos outros. Isso é particularmente relevante na Gestão Pública ao examinar situações de negociação e cooperação entre governos e outras entidades (OATES, 2019).

Além disso, a economia comportamental é uma abordagem que incorpora insights da psicologia para entender como os indivíduos realmente tomam decisões, muitas vezes divergindo da premissa de racionalidade completa. Isso é crucial na Gestão Pública ao projetar políticas que considerem as tendências comportamentais das pessoas (NORTH, 2020).

Finalmente, a teoria da decisão multicritério lida com situações em que diversos critérios ou objetivos devem ser considerados. Na gestão pública, essa teoria ajuda a escolher entre diferentes políticas que podem ter impactos variados em várias dimensões (PERES, 2017). Portanto, ao entender e aplicar essas teorias de tomada de decisão em economia, os gestores públicos podem tomar decisões mais informadas, equilibrando objetivos, considerando os interesses das partes interessadas e buscando resultados que maximizem o bem-estar social.

4. Teoria da agência e incentivos na gestão pública

A teoria da agência e os princípios de incentivos desempenham um papel essencial na análise da dinâmica da gestão pública, examinando como os problemas de agência afetam as decisões dos agentes públicos e como os incentivos podem ser moldados para alinhar os interesses dos funcionários governamentais com os objetivos da sociedade. Esta teoria proporciona um quadro valioso para entender as complexidades subjacentes à tomada de decisões e à prestação de serviços públicos (CAVALCANTI, 2018).

Na teoria da agência, um "agente" é responsável por agir em nome de um "principal", mas existe a possibilidade de divergência entre os interesses do agente e

os objetivos do principal. No contexto da gestão pública, os cidadãos e os detentores de cargos públicos representam os "principais", enquanto os funcionários públicos e políticos atuam como "agentes". Isso pode levar a conflitos de interesses, onde os agentes podem agir em busca de seus próprios objetivos em detrimento do bem-estar público (OATES, 2019).

Os incentivos desempenham um papel crucial na resolução desses problemas de agência. Eles podem ser projetados para alinhar os interesses dos agentes com os objetivos dos principais, de modo que ações que beneficiem a sociedade também sejam vantajosas para os agentes. Na gestão pública, isso pode ser alcançado através de recompensas financeiras, promoções, reconhecimento público ou outros mecanismos que tornem o cumprimento dos objetivos públicos mais atraente para os agentes (PERES, 2017).

Além disso, a teoria da agência destaca a importância do monitoramento e prestação de contas. Os principais precisam garantir que os agentes estejam cumprindo suas responsabilidades de maneira adequada. Isso pode envolver a implementação de sistemas de monitoramento, transparência nas operações governamentais e mecanismos de responsabilização eficazes para assegurar que os agentes estejam agindo no melhor interesse da sociedade (REZENDE, 2002).

No âmbito da gestão pública, a Teoria da Agência e os incentivos são fundamentais para compreender questões como corrupção, eficiência na administração pública e melhoria da qualidade dos serviços prestados. Ao projetar estruturas de incentivo adequadas e mecanismos de monitoramento eficazes, os gestores públicos podem mitigar os riscos associados aos problemas de agência, promover a prestação de serviços de alta qualidade e garantir a eficácia das políticas governamentais (NORTH, 2020)

5. Economia comportamental nas políticas públicas

A Economia Comportamental desempenha um papel cada vez mais relevante na formulação e implementação de políticas públicas, oferecendo uma perspectiva inovadora que considera as características psicológicas e comportamentais das pessoas ao tomar decisões. Essa abordagem vai além da premissa tradicional de que os indivíduos agem de forma estritamente racional, reconhecendo que fatores

emocionais, sociais e cognitivos influenciam significativamente as escolhas das pessoas (HADDAD, 2002).

No contexto das políticas públicas, a economia comportamental desafia a ideia de que as pessoas sempre agem buscando maximizar seus próprios interesses de maneira puramente racional. Ela explora como os vieses cognitivos, a aversão à perda, o viés do presente e outros fatores psicológicos podem levar a decisões que nem sempre são consistentes com a teoria econômica tradicional (CAVALCANTI, 2018).

Ao aplicar a economia comportamental nas políticas públicas, os formuladores de políticas podem projetar intervenções que considerem esses padrões comportamentais. Isso inclui o uso de "nudges" (empurrões) ou intervenções suaves que incentivam as pessoas a tomar decisões que são mais benéficas para elas e para a sociedade. Por exemplo, alterar a forma como as opções são apresentadas em formulários de inscrição pode aumentar a adesão a programas sociais ou de saúde (OATES, 2019).

Além disso, a economia comportamental pode ser aplicada na concepção de políticas de economia de energia, de aumento da poupança, de promoção da educação financeira e até mesmo de prevenção de comportamentos de risco, como o tabagismo. Compreender como as pessoas respondem a incentivos emocionais e sociais pode permitir que as políticas públicas atinjam resultados mais eficazes (PERES, 2017).

No entanto, a aplicação da economia comportamental exige sensibilidade ética. É importante garantir que as intervenções sejam transparentes e respeitem a liberdade de escolha das pessoas (STIGLITZ, 2010). A abordagem comportamental não busca manipular, mas sim facilitar escolhas melhores e mais informadas.

Em resumo, a economia comportamental nas políticas públicas reconhece a complexidade do comportamento humano e procura adaptar as intervenções governamentais para serem mais compatíveis com as maneiras reais como as pessoas tomam decisões. Essa abordagem tem o potencial de aprimorar a eficácia das políticas, melhorar os resultados sociais e contribuir para a construção de uma sociedade mais informada e autônoma (BRESSER-PEREIRA, 2017).

6. Considerações finais

Em conclusão, a questão da Economia e Gestão Pública é um campo de estudo e prática que revela profundas interconexões entre a teoria econômica e a administração governamental. Ao longo deste estudo, pudemos explorar como as decisões econômicas se entrelaçam com a elaboração, implementação e avaliação das políticas públicas. A escassez de recursos, uma realidade constante na esfera pública, exige a aplicação criteriosa de princípios econômicos para alcançar resultados ótimos e sustentáveis.

Nesse contexto, a tomada de decisão informada é um pilar fundamental. A incorporação de abordagens econômicas na gestão pública capacita os formuladores de políticas a compreender os trade-offs envolvidos em diferentes cenários, facilitando escolhas que maximizem os benefícios para a sociedade. A transparência e a prestação de contas emergem como valores cruciais, construindo a confiança dos cidadãos e reforçando a responsabilidade governamental.

Portanto, à medida que nos deparamos com desafios complexos e em constante evolução, desde questões de desenvolvimento sustentável até respostas a crises globais, a gestão pública adaptativa se torna imperativa. A inovação desempenha um papel vital nesse cenário, à medida que novas abordagens tecnológicas e estratégicas são exploradas para otimizar a entrega de serviços públicos e a eficiência operacional.

A complexidade dos desafios sociais e econômicos contemporâneos têm impulsionado a importância da interseção entre economia e gestão pública. À medida que sociedades se tornam mais interconectadas e dinâmicas, os problemas enfrentados pelos órgãos governamentais se tornam mais intrincados. Questões como desigualdade de renda, acesso a serviços essenciais, desemprego estrutural e sustentabilidade ambiental demandam abordagens que fundamentam princípios econômicos com estratégias robustas de gestão.

No cerne desse tema reside a relevância de políticas públicas bem elaboradas. Essas políticas podem ter impactos significativos na vida das pessoas. A aplicação cuidadosa de princípios econômicos na formulação dessas políticas pode garantir que os recursos sejam alocados de forma eficiente e que os resultados sejam tangíveis. Por exemplo, a análise de custo-benefício pode desempenhar um papel crucial na determinação da viabilidade de um programa público e dos benefícios que pode proporcionar à sociedade.

Avaliar a eficácia das políticas públicas é uma tarefa desafiadora. A metodologia apropriada para mensurar os resultados de uma política, seja ela voltada para educação, saúde, infraestrutura ou segurança, é fundamental para assegurar que os objetivos almejados sejam alcançados.

A globalização trouxe à tona a necessidade de coordenação entre os governos em questões econômicas. A gestão pública eficaz não está restrita às fronteiras nacionais; ela requer colaboração internacional para enfrentar desafios como fluxos de comércio, migração, crises financeiras e mudanças climáticas.

A rápida evolução tecnológica apresenta oportunidades e desafios para a gestão pública. A integração de tecnologias como inteligência artificial, big data e blockchain pode melhorar a transparência, a eficiência e a qualidade dos serviços públicos. No entanto, é fundamental abordar questões como privacidade, segurança cibernética e a potencial ampliação das disparidades digitais.

A participação cidadã desempenha um papel crucial no processo de gestão pública. Mecanismos que promovem o engajamento, como consultas públicas e parcerias com a sociedade civil, podem levar a políticas mais inclusivas e responsáveis, fortalecendo a relação entre governo e sociedade.

Além disso, a resiliência e a preparação para crises também são pilares importantes da gestão pública. A capacidade de se adaptar e responder a crises econômicas, sociais ou ambientais requer planejamento estratégico, alocação de recursos eficaz e coordenação entre várias agências governamentais.

Para atender às demandas complexas da economia e da gestão pública, a educação e a capacitação contínua dos profissionais nesses campos são essenciais. Programas educacionais e treinamentos podem garantir que os administradores públicos estejam equipados com as habilidades necessárias para enfrentar os desafios emergentes.

Ao encerrar esta análise, é evidente que o tema da Economia e Gestão Pública transcende as fronteiras acadêmicas e se insere diretamente na vida cotidiana de cidadãos em todo o mundo. A busca contínua por aprimoramento, baseada em pesquisas sólidas e na colaboração entre diversas disciplinas, sustenta a capacidade da gestão pública de enfrentar desafios contemporâneos de maneira eficaz. Portanto, a compreensão profunda da interação entre economia e administração pública é essencial para construir um futuro mais equitativo, eficiente e sustentável para as sociedades.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Cláudio Gurgel do. Políticas Públicas e Administração Pública Gerencial no Brasil. **RAP - Revista de Administração Pública**, v. 39, n. 4, 2005.

BRESSER-PEREIRA, L. C., & Spink, P. K. (Eds.). (2017). "**Reforma do Estado e administração pública gerencial**". Editora FGV.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. **Economia e Políticas Públicas**. Lua Nova, n. 50, 2000.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos; ZAHLUTH BASTOS, Pedro Paulo. **Reforma do Estado e Administração Pública Gerencial**. 2017.

CAVALCANTI, Bianor Scelza; et al. **Administração Pública Contemporânea: Desafios e Tendências**. 2018.

HADDAD, Paulo Roberto. **A Nova Gestão Pública no Brasil: Avaliação Crítica e Propostas de Ruptura**. Cadernos de Administração Pública, v. 18, n. 3, 2002.

HOOD, C. (1991). "**A Public Management for All Seasons?**" *Public Administration*, 69(1), 3-19.

MUSGRAVE, R. A., & Musgrave, P. B. (1989). "**Public Finance in Theory and Practice**". McGraw-Hill.

NORTH, D. C. (2020). "**Institutions, Institutional Change and Economic Performance**". Cambridge University Press.

OATES, W. E. (2019). "**An Essay on Fiscal Federalism**". *Journal of Economic Literature*, 37(3), 1120-1149.

OSBORNE, D., & Gaebler, T. (2022). "**Reinventing Government: How the Entrepreneurial Spirit is Transforming the Public Sector**". Addison-Wesley.

PERES, Ursula Dias. **Economia do Setor Público Brasileiro**. 2017.

REZENDE, Fernando. **Economia do Setor Público no Brasil**. 2002.

RUA, Maria das Graças. Desafios da Gestão Pública Contemporânea no Brasil. **RAP - Revista de Administração Pública**, v. 38, n. 2, 2004.

STIGLITZ, J. E., Sen, A., & Fitoussi, J. P. (2010). "**Misleading indicators: How to measure progress**". Columbia University Press.